



QUINTA CÂMARA CÍVEL

Apelação nº: 314727-1

31ª Vara Cível da Comarca de Recife

Apelante: CARLOS ALBERTO DA SILVA

Apelado: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

Relator Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Convocado:

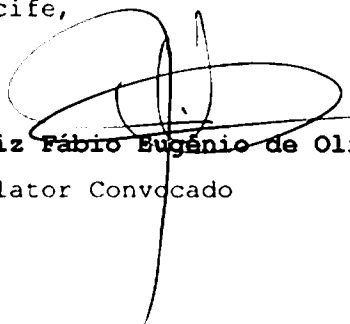
EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ENQUADRAMENTO DO GRAU DE INVALIDEZ NA TABELA LEGAL. RIGIDEZ ARTICULAR. PERDA COMPLETA DA MOBILIDADE DE UM JOELHO. PERCENTUAL DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR MÁXIMO DA COBERTURA. ABATIMENTO DO MONTANTE PAGO ADMINISTRATIVAMENTE.

- Em ação de complementação de pagamento de seguro obrigatório DPVAT, deve-se enquadrar a perda anatômica em um dos segmentos previstos na tabela anexa à Lei nº 6.194/74, de modo que a indenização será apurada mediante a aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura (art. 3º, §1º, I), abatido o montante já pago administrativamente pela seguradora.
- No caso de perda completa da mobilidade de joelho, em razão de rigidez articular, deve ser aplicado o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor máximo da cobertura, quando não houver o comprometimento da totalidade do membro inferior respectivo.
- Apelação Cível a que se nega provimento, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 314727-1, que tem como Apelante **CARLOS ALBERTO DA SILVA**, e, como Apelada, **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife,


Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado



QUINTA CÂMARA CÍVEL

Apelação nº: 314727-1

31ª Vara Cível da Comarca de Recife

Apelante: CARLOS ALBERTO DA SILVA

Apelado: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

Relator Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Convocado:

RELATÓRIO

Trata-se de **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, proposta por **CARLOS ALBERTO DA SILVA**, em face da **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, em virtude de acidente automobilístico de que foi vítima o autor, ocorrido em 04/10/2009, que lhe acarretou invalidez permanente.

Alega o autor que, embora a ré tenha reconhecido administrativamente o seu direito à indenização prevista no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, efetuou o pagamento em valor inferior ao devido, na quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Sob tal argumento, busca judicialmente a complementação que considera cabível, estimando-a em R\$ R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos), tomando como parâmetro o valor máximo estabelecido para a hipótese de invalidez permanente, pleiteando, ainda, indenização por danos morais.

Na sentença de fls. 109/110, a MM. Juíza de Direito da 31ª Vara Cível da Comarca da Capital classificou a lesão do autor como debilidade permanente do joelho direito, fixando o percentual da indenização em 25% (vinté e cinco por cento) do valor máximo da cobertura, ou seja, R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), julgando o pedido procedente, em parte, para condenar a seguradora a pagar-lhe a quantia de R\$ 1.012,50 (um mil e doze reais e cinquenta centavos), em complementação ao montante já pago.

Por restar inconformado, o autor interpôs **APELAÇÃO CÍVEL** às fls. 122/125, sustentando, em síntese, que a decisão prolatada não analisou cuidadosamente os documentos acostados aos autos, argumentando que a base de cálculo para o pagamento do seguro deveria ser 70% (setenta por cento) do valor máximo da cobertura, isto é, R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), correspondentes ao enquadramento legal da debilidade permanente de membro inferior direito.

Requer, ao final, que a decisão monocrática seja reformada, para condenar a seguradora ré ao pagamento de R\$ 7.762,50 (sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

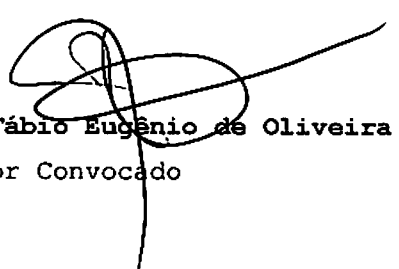
O apelado juntou comprovante de pagamento da condenação às fls. 127/128, e apresentou contrarrazões às fls. 134/139, pugnando pela manutenção integral da sentença vergastada.

É o relatório.

Dispensada a Revisão, nos termos do § 3º, do art. 551 do CPC, em face de o valor atribuído à causa ser inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 20 de setembro de 2013.



Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado



QUINTA CÂMARA CÍVEL

Apelação nº: 314727-1

31ª Vara Cível da Comarca de Recife

Apelante: CARLOS ALBERTO DA SILVA

Apelado: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

Relator Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Convocado:

VOTO

Compulsando os autos, verifico que a configuração da invalidez permanente do apelante não é objeto de discussão, uma vez que já foi reconhecida administrativamente pela apelada, restando controversa, apenas, a graduação da lesão apresentada em conformidade com a tabela securitária legal, e, por consequência, o valor da indenização que lhe é devida.

De acordo com o teor do art. 3º, §1º, I, da Lei nº 6.194/74, vigente à data do sinistro, **"quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura"**.

A graduação da invalidez e do valor do seguro já foi, inclusive, apreciada e chancelada pelo Superior Tribunal de Justiça na Súmula nº 474, segundo a qual **"a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez"**.

No caso sob exame, a perícia traumatológica de fls. 19/20 e o laudo médico de fl. 22 são conclusivos no sentido de atestar, em caráter definitivo, rigidez articular do joelho direito do apelante.

Dessa forma, dos referidos documentos não há como extrair a alegada perda anatômica e/ou funcional completa de todo o membro inferior direito, como pretende o recorrente, mas, tão somente, a perda completa da mobilidade do seu joelho direito, tanto que, segundo a perícia, ele consegue deambular com fixador externo na respectiva coxa (fls. 19).

A tabela constante no anexo II da Lei nº 6.194/74 prevê, para a perda completa da mobilidade de um joelho, a aplicação do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização por invalidez permanente, estipulado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que totaliza R\$
S10

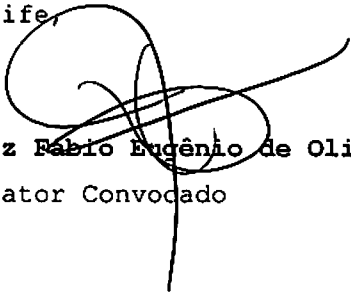
3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), correspondentes ao valor integral da indenização que merece receber o segurado recorrente.

Deste, deve ser abatida a quantia já paga administrativamente pela apelada, no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), restando, portanto, o montante de R\$ 1.012,50 (um mil e doze reais e cinquenta centavos), devido ao apelante a título de complementação, como acertadamente entendeu o magistrado singular.

Ante o exposto, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso de apelação cível aforado por **CARLOS ALBERTO DA SILVA**, mantendo incólume a sentença atacada.

É como voto.

Recife,


Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado